Nomes e moradas dos proprietários	Confrontações	Áreas em metros quadrados	Artigos da matriz
Agostinho José Farinha — Vale Mestre . . .	Norte, Estêvão dos Santos; sul, João Lopes Godinho; nascente, estrada pública, e poente, Agostinho José Farinha.	60	581
Estêvão dos Santos — Constância	Norte, Felismina Morgado Guterres; sul, Agostinho José Farinha; nascente, estrada pública, e poente, Estêvão dos Santos.	22	579
José Dinis — Tramagal, Abrantes	Norte, herdeiro de Custódio José Fernandes; sul, António José Marques; nascente e poente, estrada pública.	106	682
Felismina Morgado Guterres — Portela . . .	Norte, Acácio Luís Caldelas; sul, Joaquim Ventura; nascente, estrada pública, e poente, Felismina Morgado Guterres.	60	521
Acácio Luís Caldelas — Portela	Norte, Albertino Baião; sul, Felismina Morgado Guterres; nascente, estrada pública, e poente, Acácio Luís Caldelas.	608	494
Albertino Baião — Portela	Norte, Manuel de Oliveira Lucas; sul, Acácio Luís Caldelas; nascente, estrada pública, e poente, Albertino Baião.	168	669

Tudo consta do respectivo processo, arquivado nesta Secretaria.

Secretaria da Presidência do Conselho, 8 de Abril de 1954.— O Chefe da Secretaria, *Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 39 610

O aumento das exportações do Estado da Índia torna conveniente que se estendam a esta província os preceitos que já noutras disciplinam rigorosamente o cálculo dos valores fiscais das mercadorias.

Reconhece-se, por outro lado, a conveniência de, para todas as províncias ultramarinas, tomar para base do cálculo dos valores fiscais os preços tabelados em territórios nacionais de destino das mercadorias, quando porventura esse tabelamento exista.

Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição e base x da Lei Orgânica, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º No Estado da Índia os valores dos géneros e mercadorias, para efeitos de incidência dos direitos de exportação, serão estabelecidos, relativamente a cada mês, pelo Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, até ao dia 25 do mês anterior, tendo em conta, na exportação para territórios nacionais, as cotações da Bolsa de Lisboa e, nas exportações para territórios estrangeiros, as cotações das Bolsas de Londres, Nova Iorque ou Tóquio, conforme a exportação se efectue para a Europa e África, para a América ou para outro local.

Art. 2.º Quando o Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro não obtenha, pela forma indicada neste diploma, as cotações em qualquer mês, os valores fiscais das mercadorias serão calculados tomando por base o valor corrente, por grosso, no local onde são submetidos a despacho.

§ único. No caso de haver valores fixados por serviços públicos ou organismos de coordenação económica do Estado da Índia, servirão estes para suprir a falta de cotações.

Art. 3.º O Banco Nacional Ultramarino comunicará, por intermédio da sua agência em Goa, até 20 de cada mês, ao Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, as cotações das principais mercadorias de exportação da província nas Bolsas de Lisboa, Londres, Nova Iorque

e Tóquio e enviará à Inspeção Superior das Alfândegas do Ultramar cópia dos telegramas expedidos.

Art. 4.º Para determinar o valor fiscal dos géneros e mercadorias a exportar do Estado da Índia serão feitas nas cotações ou nos valores indicados nos artigos anteriores todas ou algumas das seguintes deduções, conforme os casos:

- Importância dos fretes e dos seguros entre o porto de embarque e o porto de destino;
- Direitos e mais impostos cobrados no acto da exportação;
- Outras despesas, que serão fixadas por meio de uma percentagem global, em portaria do governador-geral, ouvidos o Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro e os organismos de coordenação económica da província ou suas delegações.

Art. 5.º Em todas as províncias ultramarinas o valor fiscal da mercadoria a exportar para território nacional em que o preço esteja oficialmente tabelado tomará por base este preço.

§ 1.º Quando o tabelamento respeitar a província ultramarina, o preço será comunicado aos Conselhos do Serviço Técnico Aduaneiro das outras províncias pelo organismo coordenador das importações ou do comércio dessa mercadoria, ou, quando este não exista, pelo serviço público encarregado dos assuntos económicos.

§ 2.º Quando o tabelamento respeitar à metrópole, a comunicação será feita pela Inspeção Superior das Alfândegas do Ultramar.

§ 3.º Por iniciativa própria ou a requerimento de interessados podem os Conselhos do Serviço Técnico Aduaneiro, para os efeitos do corpo do artigo, solicitar a organismos oficiais da metrópole ou das províncias ultramarinas informações sobre tabelamento de preços de mercadorias.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.